

# OS PARQUES URBANOS EM PORTO ALEGRE: O ESPAÇO PÚBLICO E SUAS COMPLEXIDADES

Felipe Silveira de Souza<sup>1</sup>

## 1. Os parques urbanos e sua complexidade

Os parques urbanos são espaços que estruturam parte da vida pública no espaço urbano. Neles a cidade se encontra em sua diversidade, tornando visíveis as diferentes matizes que compõem o tecido urbano, assim como suas contradições. Ou pelo menos deveria ser assim, se levarmos em conta que os parques urbanos são espaços públicos.

Os espaços públicos são lugares da cidade em que a acessibilidade ampliada permite o encontro entre os diferentes grupos e classes sociais que compõem o conjunto urbano local. Essa diversidade de grupos que usam o espaço público, com práticas espaciais bastante particulares, gera a necessidade de criação de um estatuto público que garanta o convívio mútuo, para que a diversidade seja respeitada sob a premissa da igualdade (SOUZA, 2008a). Sendo assim podemos afirmar, como aponta Gomes (2002), que o espaço público é o *locus* da lei. A produção da lei media a relação entre os diversos grupos e classes que ocupam esse espaço, para que não haja sobreposição, nem hegemonia de práticas espaciais. Deveria ser assim...

Porém, os espaços públicos contemporâneos refletem outra realidade. A lei produzida no atual Estado democrático (capitalista) privilegia mais alguns grupos do que outros, e a cidadania acaba sendo medida pela capacidade de consumo do indivíduo. Enquanto alguns cidadãos possuem pela sua grande capacidade de consumir, o direito de usufruir tanto do espaço público (e de reclamar por ele) quanto de usufruir de um espaço privado qualificado, com todas as benesses que o poder financeiro pode oferecer, outros pelo seu baixo poder aquisitivo não possuem direito a um espaço público de qualidade, por que são rejeitados de forma velada (e às vezes explícita) por parte da sociedade, assim como em seu espaço privado a qualidade de vida se vê comprometida pela falta de saneamento, de luz, de água, etc. Tal situação produz espaços públicos muito diversos entre si, pois a distribuição desses diferentes tipos de cidadãos se dá de forma diversificada no conjunto da cidade. Os parques urbanos encontrados no interior das grandes cidades evidenciam essa compreensão.

Dessa forma, buscando evidenciar a diversidade de uso do espaço público existente no interior do espaço urbano, realizamos uma investigação em parques urbanos da cidade brasileira de Porto Alegre, tendo como perspectiva teórica/metodológica o paradigma da complexidade proposto por Edgar Morin. Embora seja pouco utilizado nos estudos de geografia urbana, o paradigma da complexidade oferece um arcabouço teórico/metodológico muito interessante para desvendar a totalidade complexa que é a realidade da metrópole. Do paradigma da complexidade fizemos uso, em especial, daquilo que Morin (2002) chama de *Princípios do Conhecimento Pertinente*. São eles: o *Contexto*, o *Global*, o *Multidimensional* e o *Complexo*.

**a) O Contexto** aponta para a necessidade de compreendermos cada fato dentro de um conjunto, ou seja, de forma contextualizada. Investigar a história e as características espaciais de cada parque, ajuda no reconhecimento da particularidade de cada um deles, além tornar visível também as similaridades.

---

<sup>1</sup> Professor do Instituto Federal de Santa Catarina (IF-SC/Campus São José); Doutorando no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: felipesouza@sj.cefetsc.edu.br

**b) O *Global*** trata da relação entre as partes e o todo. O todo é mais (e menos) do que a soma das partes, pois possui propriedades que se tornam visíveis (ou inibidas) quando essas partes estão em interação. Buscando a aproximação com o todo, tornou-se necessária a investigação em mais de um parque urbano de Porto Alegre. As pesquisas foram realizadas em quatro parques. Tais parques constituem e são constituídos por realidades bastante distintas, o que permite a aproximação com a complexidade do espaço urbano porto-alegrense. São parques que surgiram em momentos distintos da história de Porto Alegre, que se localizam em diferentes bairros, que possuem, portanto, particularidades constituintes de um todo que é a vida pública nesse espaço urbano. Os parques pesquisados são:

Parque Farroupilha (Redenção): é o mais antigo da cidade (séc. XIX), sendo mais conhecido pela população porto-alegrense como Redenção (em homenagem à abolição da escravatura no 3º distrito de Porto Alegre, 1884). Trata-se de um parque central que possui 40 hectares de área. Seu primeiro ajardinamento ocorreu em 1901, para que pudesse receber a I Exposição Estadual. Em 1935, o parque passou a ser chamado de Farroupilha devido a Exposição Comemorativa do Centenário da Revolução Farroupilha que efetivou a ocupação total deste espaço. Em 1997 foi tombado como Patrimônio Histórico e Cultural de Porto Alegre. O parque se destaca pela diversidade de grupos e classes sociais que consegue atrair. No conjunto dos parques analisados é o que mais atrai identificação dos porto-alegrenses. Nele é possível encontrar a presença de diversas territorialidades, pela centralidade de sua localização e pela história que possui em relação à cidade.

Parque Moinhos de Vento (Parcão): foi criado em 1972, em uma área antes utilizada como hipódromo. Possui 12 hectares de área no bairro Moinhos de Vento, um dos mais nobres da cidade de Porto Alegre. Apresenta duas áreas distintas divididas por uma avenida (Goethe), de um lado espaços contemplativos, do outro, aparelhos esportivos para a prática de jogging, patinação, futebol, tênis, vôlei e ginástica. Por estar localizado em um bairro nobre da cidade de Porto Alegre, caracteriza-se por uma pequena diversidade de freqüentadores. Predominam grupos sociais ligados a classe média-alta porto-alegrense. É o único parque da cidade totalmente adotado pela iniciativa privada, fato que colabora para a sua boa conservação (que é a melhor entre os parques estudados).

Parque Chico Mendes: está localizado na periferia da cidade de Porto Alegre, entre os bairros Chácara da Fumaça e Jardim Leopoldina, ocupando uma área de 24,7 hectares. Os bairros que constituem o entorno do Parque Chico Mendes são frutos de ocupações ilegais geradas pela expansão da periferia porto-alegrense. Sua implementação embora tenha tido como objetivo a oferta de um espaço de lazer para a comunidade carente desses bairros, teve também como finalidade, a contenção das ocupações ilegais no local. Segundo dados da Prefeitura de Porto Alegre, o parque beneficia uma população de aproximadamente 200 mil pessoas. Contudo, nos últimos anos, o parque encontra-se relativamente abandonado pelo seu gestor, o Estado, e até mesmo pela população carente do entorno, que não vê a área como um espaço seguro para o lazer.

Parque Alemanha (Germânia): é uma área de 15 hectares que resulta de uma parceria entre a prefeitura de Porto Alegre e empresas da construção civil – Condor Empreendimentos e Construtora Goldsztein, devido a uma medida compensatória provocada pela implementação do loteamento Germânia. Tal loteamento deu origem ao mega-empreendimento imobiliário Jardim Europa. O Parque Alemanha é o primeiro

parque urbano de Porto Alegre que possui um cercamento ostensivo ficando fechado aos usuários durante a noite (seu horário de funcionamento é das 6h e 30min até às 20h). O cercamento, pelo que podemos deduzir, a partir dos dados de nossa pesquisa, trata-se de uma estratégia que visa estabelecer o controle, buscando tornar este espaço mais seguro, de modo que não desvalorize o Jardim Europa. Aliás, essa estratégia, visa inclusive a valorização do Jardim Europa. Nesse sentido, tal ação tem forte apoio da mídia, que em inúmeras oportunidades ressalta a qualidade desse parque urbano.

Na figura 1, procuramos evidenciar a diferença entre os parques estudados a partir do índice de vulnerabilidade social de seus bairros. Cabe salientar que o índice de vulnerabilidade social é um indicador que varia de zero a um, e quanto maior for o seu valor melhor é a qualidade de vida.

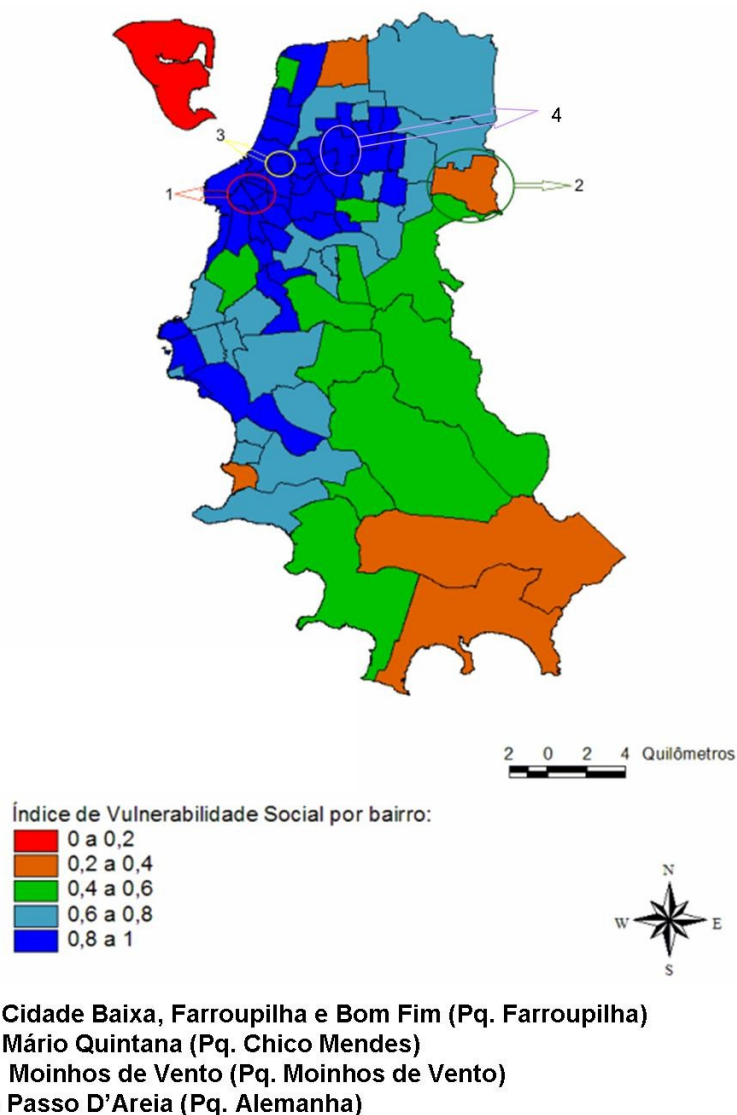


Figura 1 - Índice de vulnerabilidade social em Porto Alegre e em relação aos parques estudados

Fonte: Felipe Silveira de Souza (2009) e Paulo Henrique Porto Amorim (2007)

c) O **Multidimensional** é o princípio do conhecimento pertinente que aponta ser indispensável a compreensão das múltiplas dimensões que constituem um fato. O

indivíduo e a sociedade são multidimensionais, ou seja, são atravessados pelas dimensões econômica, política, religiosa, psicológica, cultural, ambiental, etc. Se considerarmos que o espaço público é um produto (e também produtor) das relações sociais, podemos dizer que ele é multidimensional. Portanto, em nossa pesquisa tentamos evidenciar a multidimensionalidade da vida urbana pública na contemporaneidade. Embora a vida pública tenha surgido como um problema eminentemente político na Grécia Antiga, tratar de espaço público atualmente gera a necessidade de investigação de outras dimensões desse processo, como a econômica e a cultural, tal como procuramos fazer ao longo dessa pesquisa.

**d) O Complexo** é o princípio que trata da articulação entre todos os demais princípios, buscando não ignorar aquilo que foi tecido de forma conjunta. Esse foi o maior desafio de nossa pesquisa, revelar a articulação entre os diferentes contextos nas diversas partes componentes do todo de forma multidimensional, para que fosse possível o reconhecimento da complexidade que constitui o espaço urbano.

Os procedimentos metodológicos que nos permitiram atender tais premissas teórico/metodológicas foram: *a pesquisa de campo* para observação da dinâmica cotidiana dos parques; *a análise de textos jornalísticos* relacionados aos espaços públicos estudados; *entrevistas qualitativas* com funcionários dos parques pesquisados; e *a análise de documentos estatais* sobre projetos, leis e programas em espaços urbanos.

## 2. O planejamento e a gestão dos parques urbanos em Porto Alegre

Um dos pontos mais importantes a serem abordados na produção do espaço público contemporâneo é a relação existente entre o seu gestor (o Estado) e a sociedade civil no campo do planejamento. O Estado é o protetor do estatuto público que rege a convivência entre os diferentes grupos e classes que compõem a sociedade civil. Nesse sentido, o Estado pode colaborar para a efetivação da liberdade necessária a autonomia dos grupos que coabitam esse espaço. No entanto, o Estado pode fazer prevalecer a força de um determinado grupo frente aos demais – criando por meio de um processo supostamente legal, o domínio de uns sobre outros. Tal fato é bastante visível nas democracias representativas de países periféricos como o Brasil, onde o poder financeiro garante, por vezes, a perpetuação de determinados grupos no poder. Essa situação é acentuada no Neoliberalismo, na medida em que o Estado (de forma mais explícita) passa parte do poder gestor que possui, para a iniciativa privada.

O Estado em sua fase neoliberal tem acentuado processos competitivos entre os lugares gerando hierarquias espaciais no âmbito do urbano, através da criação de novas centralidades e da expulsão cada vez maior de indivíduos para periferia. Tal situação produz um espaço urbano fragmentado (pela ação dos agentes imobiliários e pela mercantilização do espaço), homogêneo (pela dominação do Estado em relação ao espaço) e hierarquizado (pela divisão espacial do trabalho) (CARLOS, 2001).

A perspectiva neoliberal é visível em Porto Alegre através da gestão de seus parques urbanos. O Estado, nesse caso, a Prefeitura do município de Porto Alegre, já não garante recursos suficientes a manutenção e implantação de melhorias nos parques urbanos da cidade. Atualmente a maior parte dos investimentos em parques é gerado através do Programa de Adoção de Parques e Praças de Porto Alegre. Trata-se de um programa onde as empresas podem investir nos parques em troca de publicidade. Dos parques estudados o único adotado na sua totalidade é o Moinhos de Vento, que por se localizar na área nobre da cidade gerou o interesse da iniciativa privada. O Parque

Farroupilha possui uma parte adotada (o Mini-Zôo) e o Parque Alemanha foi concebido e implantado pela iniciativa privada. O parque que se localiza na periferia, o Chico Mendes, não possui investidores privados pelo desinteresse publicitário, na medida em que o público usuário é de baixa renda.

Com a ausência de investimentos do Estado, outra forma de angariar recursos é através de eventos realizados por empresas privadas nos parques. O problema é que a concentração dos investimentos nos parques da área central acaba persistindo, pois enquanto o Farroupilha e o Moinhos de Vento recebem a maior parte dos eventos, o Chico Mendes raramente recebe algo.

A legislação atual, acerca de parques e praças em Porto Alegre reforça a concentração dos investimentos.

Art. 30 – A atividade em parques urbanos e praças que pretenda veicular qualquer tipo de publicidade ou promoção, deverá ser previamente autorizada pelo órgão ambiental, mediante compensação a ser estipulada pela SMAM.  
Parágrafo único - **A compensação referida no caput, deverá ser feita, preferencialmente, no local em que foi realizado o evento.** (grifo nosso)  
(Novo Regulamento de Parques Urbanos e Praças de Porto Alegre; Decreto 15343, de 30 de outubro de 2006)

Como garantir a qualidade da vida pública na periferia, se os investimentos estão cada vez mais concentrados na área central? Talvez a participação dos indivíduos organizados ou não nas esferas de decisão pudesse modificar esse quadro.

No que diz respeito a participação da população na gestão dos espaços públicos estudados, dos parques analisados, somente o Farroupilha possuía Conselho de Usuários na época da pesquisa. Entretanto, pouquíssimos frequentadores acompanhavam os debates do Conselho de Usuários, mesmo que esse fosse aberto a todos que desejassem participar. Tal situação tende a se agravar com a nova legislação vigente que dá direito de participação somente as pessoas jurídicas.

Outra forma de participação ocorre através das associações de amigos dos diferentes parques. Em nossa pesquisa, acompanhamos a construção da Associação de Amigos do Parque Farroupilha. Essa associação formada foi formada por pessoas que já participavam do Conselho de Usuários do parque, e tinha como objetivo a obtenção de recursos para o parque, para que nele fossem implantadas melhorias. A associação pretendia receber o valor pago pelos locatários de empreendimentos no parque (de uma cafeteria e de um parque de diversões que estão instalados no interior do Farroupilha). O problema é que os próprios locatários faziam parte da associação e estavam, com isso, querendo valorizar seus empreendimentos. O valor que é pago para um Fundo Municipal do Meio Ambiente e que pode ser redistribuído para outras áreas, ficaria retido, caso fosse implantada a idéia da associação, no próprio parque. Ou seja, tal medida provocaria mais concentração de investimentos.

Portanto, dentro do atual Estado capitalista cria-se uma grande dificuldade para a efetivação de um espaço público próximo do ideal, na medida em que a autonomia de grande parte dos indivíduos é ferida para atender interesses privados de grupos hegemônicos. Morin (2003), acerca dessa questão aponta:

O Estado-nação foi um grande emancipador e grande opressor. **A lógica do Estado e a lógica do mercado tendem a dominar/explorar os indivíduos.** A dificuldade atual é de operar uma complementariedade fecunda entre a legalidade protetora/emancipadora do Estado e as liberdades do tecido auto-organizador espontâneo que lhe escapam (p. 196, grifo nosso).

A liberdade que poderia ser alcançada pela via do Estado parece estar cada vez mais distante a partir do momento em que se aprofundam os interesses da iniciativa privada.

### 3. Os parques urbanos de Porto Alegre como instrumento de valorização fundiária

Na discussão que promovemos sobre o planejamento e a gestão do espaço público no interior da relação entre o Estado e a sociedade civil, percebemos o papel dos parques urbanos no processo de valorização econômica. No atual momento histórico, desvaloriza-se a dimensão política dos parques em detrimento da dimensão econômica. O valor econômico de um parque está diretamente relacionado com sua localização no conjunto urbano da cidade. Mascarenhas (2003, p. 3) afirma que esse processo produtor de localizações “reflete um modelo segregacionista, concentrando os equipamentos de lazer nas áreas mais nobres”. Os parques urbanos se tornaram um “objeto de consumo” que coroa estratégias segregacionistas de requalificação urbana (SERPA, 2005).

Parte dessa valorização está no fato dos parques se comportarem como *raridades* no tecido urbano, já que oferecem a possibilidade do lazer ao ar livre em áreas verdes, algo escasso nas grandes cidades (CARLOS, 2001). Para acentuar sua raridade, muitas estratégias de segurança são tomadas, na medida em que são poucos os parques considerados seguros pela população. Ou seja, parques mais vigiados são mais valorizados economicamente.

Dentro deste contexto, chama atenção a quantidade de anúncios de jornais classificados com imóveis que destacam o Parque Moinhos de Vento (Figura 2), também conhecido como Parcão. Está certo que o Parque Moinhos de Vento localiza-se em uma área altamente valorizada, onde os responsáveis por domicílio que recebem acima de 20 salários mínimos correspondem a 50,2% da população do bairro de mesmo nome, entretanto a conservação do parque (garantida pela adoção da área) e a segurança do mesmo tende a manter ou ampliar esta valorização. Por isso, o parque agrega valor à área, sendo citado nos anúncios.

Preço a partir de  
RS  
**299.900,**

**3 DORMITÓRIOS  
PRÓXIMOS AO PARCÃO**

**QUE CABEM REDONDO NO SEU ORÇAMENTO**

Com lavabo, suíte, churrasqueira ou lareira e  
2 vagas com depósito. Segurança e espaços de lazer.

**Rua Castro Alves, 312**

Até 30.000 dias  
**RS 15.042,**  
Propriedade parcelada até as chaves  
**FINANCIAMENTO  
GARANTIDO EM ATÉ  
240 MESES**  
→ Bannisul  
CONSULTE PREÇO  
A VISTA

Visite apto decorado  
Plantão no local das 9 às 20:30 hs

**R. Correa  
ENGENHARIA**  
Concretizando Sonhos  
www.rcorrea.com.br

3330-8878

Figura 2 - Anúncio de imóvel que destaca a proximidade ao Parque Moinhos de Vento (Parcão)

Fonte: Jornal Correio do Povo (2007).

Outro parque em que tal situação ocorre é o Alemanha. O Parque Alemanha foi criado dentro de um projeto imobiliário chamado Jardim Europa, que visa a construção de imóveis de alto padrão em uma área extremamente valorizada pela presença de grandes empreendimentos, tais como dois shoppings (Shopping Iguatemi e o Bourbon Country). Na medida em que a legislação obrigou a construtora, pela grande extensão

do loteamento, a construir um parque como medida compensatória, a empresa cumpriu essa tarefa à seu modo. Ou seja, criou, com o apoio dos órgãos governamentais, o primeiro parque cercado de Porto Alegre. As cercas e a vigilância ostensiva garantem a segurança necessária à manutenção da raridade do parque, valorizando o empreendimento como um todo. Cercando o parque a construtora consegue eliminar possíveis desordens que gerariam a desvalorização imobiliária do local (SOUZA, 2008b). O Parque Alemanha (Germânia), passa a ter um papel fundamental no processo de valorização fundiária do Jardim Europa, conforme demonstra a Figura 3.



Figura 3: Outdoor no Jardim Europa destacando o Parque Alemanha (Germânia)  
Fonte: Felipe Silveira de Souza (2008)

Além da valorização fundiária promovida pelo efeito de raridade, existe também a valorização simbólica. Alguns parques pela longa história que possuem em relação a cidade se constituem como símbolos. Ao serem considerados como símbolos tornam-se elementos a serem consumidos em busca de uma visibilidade, pois como afirma Bourdieu (2007), toda a prática de consumo tem a necessidade de se tornar visível.

Tal situação ocorre em relação ao Parque Farroupilha, pois mesmo se constituindo como uma raridade no tecido urbano, por ser uma área verde disponível para o lazer ao ar livre, essa situação não se efetiva plenamente pela pouca segurança que possui em relação a outros parques como Moinhos de Vento e Alemanha. Quer dizer, a valorização fundiária do Parque Farroupilha também ocorre como nos parques Moinhos de Vento e Alemanha, mas sob outro processo, que aqui chamamos de valorização simbólica. A força do Parque Farroupilha como símbolo é perceptível através da pesquisa Top of Mind, realizada pela Revista Amanhã em 2001<sup>2</sup>, que destaca as marcas mais lembradas pelos porto-alegrenses. No quesito parque mais lembrado, o Farroupilha ficou em primeiro lugar, sendo destacado por 50% dos entrevistados, atingindo 53,9% nas camadas A e B (segmentos mais ricos), 43,9% da camada C (classe média) e 52,6% das camadas D e E (segmentos mais pobres).

Já o Parque Chico Mendes possui a condição de raridade encontrada nos demais parques, entretanto pela sua posição periférica, população usuária de baixa renda, poucos recursos para manutenção e aquisição de novos equipamentos, falta de

<sup>2</sup> Cabe salientar que nesse ano ainda não havia sido inaugurado o Parque Alemanha (foi implantado em 2006).

segurança, ocupação por moradias irregulares (Figura 4) e escassez de investimentos estatais e privados, acaba não produzindo uma valorização fundiária como as demais áreas. Além disso, o Parque Chico Mendes não se efetivou como um símbolo porto-alegrense pela sua breve história no conjunto metropolitano, não produzindo valor econômico dessa forma.



Figura 4 – Ocupações irregulares no Parque Chico Mendes  
Fonte: Felipe Silveira de Souza (2006)

Dentro desse contexto, o processo de valorização desigual encontrado nos diferentes parques de Porto Alegre produz uma segregação espacial cada vez mais nítida, de modo que a vida pública torna-se uma experiência fortemente fragmentada. Esse quadro amplia a produção de sociabilidades cada vez mais segmentadas nos espaços públicos (SOBARZO, 2004).

#### **4. Os limites à sociabilidade: Controle e segregação nos parques urbanos**

Acerca da produção do espaço público contemporâneo cabe salientar que por um lado o espaço público continua produzindo a sociabilidade pública no conjunto da cidade, mas por outro, este espaço também torna-se lugar da segregação, do desencontro, da segmentação indo na direção oposta da sociabilidade.

Essa contradição do/no espaço público produz ao mesmo tempo encontros e desencontros, sendo possível percebê-la através da análise de territorialidades. Os espaços públicos, como parques são espacialidades potenciais para a formação de tribos urbanas (MAFFESOLI, 1998). Tais grupos ocupam o espaço na forma de territorialidades. Se concordarmos com a afirmação de Sack (1986), na qual a territorialidade é uma estratégia que estabelece diferentes “graus de acesso” às pessoas, aos objetos e aos relacionamentos, podemos apontar que ela expressa esse duplo caráter da produção de sociabilidades públicas. As territorialidades são formadas por uma sociabilidade entre os pares de um determinado grupo, contudo produzem limites para aqueles que não compartilham da mesma tribo. As territorialidades geram o encontro nos parques urbanos, mas também produzem desencontros, pois atingem uma das principais características do espaço público, a acessibilidade, pelo fato de estabelecer “graus de acesso”. Sobarzo (2004), acerca dessa questão aponta para a produção de uma “sociabilidade segmentada”. No Parque Farroupilha, ocorre uma grande diversidade de usos que constrói um espaço recortado por territorialidades. Punks, malabaristas,



metaleiros, excursionistas, vendedores ambulantes, homossexuais, boleiros, idosos, michês e demais usuários produzem uma convivência pública segmentada, fundando um espaço onde o exercício da convivência é constantemente renovado. Onde até mesmo os conflitos podem reforçar o caráter público desse espaço. Porém, a segregação urbana da cidade como um todo produz espaços públicos de baixa diversidade, como os parques Moinhos de Vento e Alemanha que são mais vivenciados por grupos de classe média-alta, e Chico Mendes que abriga grupos de menor renda.

Sobre esse reforço das territorialidades, Gomes (2002), aponta um recuo da cidadania, pela recusa da convivência com a diferença, portanto, com a negação da própria idéia de cidade cosmopolita. Para o autor, o recuo da cidadania ocorre quando as normas que estabelecem a vida em sociedade são rompidas. Todavia, acreditamos que a subversão da norma não é, necessariamente, comprometedora da cidadania. É no conflito entre a norma e o espontâneo que a subverte, que se constroem novas relações sociais capazes de reestabelecer o caráter público do espaço, como ocorre no Parque Farroupilha. Nesse sentido podemos apontar a importância de se compreender o par formado pela norma e pela espontaneidade.

A espontaneidade é a expressão da liberdade na criação do espaço. Através da espontaneidade os grupos e classes sociais ressignificam, rearrajam, se apropriam do espaço construído (pelo poder do Estado ou da iniciativa privada através de empresas), redefinindo e produzindo, novas bases para a produção do espaço. A norma (a lei) pode garantir o usufruto de todos nesse espaço que é de todos, pela mediação de forças que pode exercer. Porém, pelo fato de inibir a espontaneidade, a norma pode realçar a homogeneidade social.

Por isso apontamos a necessidade de embate entre a norma e a espontaneidade, pois quanto mais intensa for a interação entre esse par, maior será a possibilidade de integração, de conflito e de tolerância entre os grupos diversificados que ocupam e se encontram no espaço. Ou seja, mais próximos estaremos de um espaço público ideal. O embate entre a norma e a espontaneidade é mais intenso no Parque Farroupilha do que nos demais parques pesquisados, pela grande diversidade que possui devido a sua ampla acessibilidade gerada em boa parte pela posição de centralidade no conjunto metropolitano de Porto Alegre. No Parque Chico Mendes, a norma segregacionista do sistema econômico e político vigente produzem um espaço (bairro) marcado por uma infinidade de carências, que dificultam a produção de um espaço público mais pleno, que contemple a diversidade social, evidenciando o desequilíbrio existente no par entre a norma e a espontaneidade. Já no Parque Moinhos de Vento, o uso é controlado pela norma implícita que através dos comportamentos e da estética dos usuários gera constrangimentos (às vezes com o auxílio do próprio Estado) que dificultam a entrada de indivíduos desviantes do padrão “estabelecido”, inibindo, portanto, a diversidade. No Parque Alemanha existe um comportamento parecido com o do Parque Moinhos de Vento, acentuado pela presença das grades. Nos três parques, Chico Mendes, Moinhos de Vento e Alemanha, por diferentes motivos, a condição de acessibilidade é afetada.

A acessibilidade constitui a característica que permite a democratização do uso do espaço público, estando diretamente relacionada com o par entre a norma e a espontaneidade. A tensão entre norma e espontaneidade implica em aberturas e fechamentos da condição de acessibilidade.

No entanto, visando acabar com a insegurança urbana, parte da sociedade reforça a norma através de leis mais duras e vigilância ostensiva. Chamamos esse processo de *enrijecimento da norma frente à espontaneidade* (SOUZA, 2008a). Contudo, através do controle, esse excesso de segurança inibe a interação social, produzindo uma segmentação. A vida pública fica cada vez mais programada, e a

experiência urbana se torna menos interativa e mais segregada. Marcelo Lopes de Souza (2008c) aponta, próximo de nossa perspectiva, que o excesso de segurança gera uma *anemia dos espaços públicos*. Acerca das estratégias de controle promovidas pelo Estado e pelo capital privado, o autor aponta:

As estratégias correntes de controle espacial por parte do Estado e do capital privado podem, contudo, terminar não só por esterilizar os espaços públicos ao roubar-lhes diversidade e espontaneidade, ao submetê-los a uma vigilância permanente, mas também por atualizar constantemente a lembrança do medo e a estigmatização do Outro (SOUZA, 2008b, p.91).

O espaço vivido torna-se uma prisão (SOUZA, 2006). Nos Parques Farroupilha e Moinhos de Vento foram instaladas câmeras de vigilância nos locais ocupados por determinadas territorialidades. No Parque Farroupilha a câmera foi instalada junto a um monumento ocupado por punks e jovens ligados a cultura rock (Figura 5), e no Parque Moinhos de Vento foi colocada junto ao estacionamento, onde se concentram grupos de tuneiros (jovens que escutam som nos carros). A instalação de câmeras promovida pelo Estado provoca a inibição de certas posturas desses grupos, dissolvendo parte da espontaneidade de suas manifestações culturais. Embora essa inibição possa promover o uso do espaço por outros grupos que se sentiam constrangidos, ela limita a manifestação cultural desses grupos que só ocorrem em determinadas horas do fim de semana.



Figura 5 - Fotografia da câmera de vigilância no Parque Farroupilha (poste destacado à esquerda)

Fonte: Felipe Silveira de Souza (2007)

Outro exemplo do enrijecimento da norma frente à espontaneidade é o projeto de cercamento dos parques urbanos de Porto Alegre, que já foi apresentado diversas vezes à câmara dos vereadores. Os parques de Porto Alegre, com exceção do Parque Alemanha (Figura 6), não possuem grades, sendo permitido o acesso a qualquer hora do dia. O cercamento busca ampliar a segurança de quem frequenta os parques e aumentar a preservação dos elementos arquitetônicos e paisagísticos que os compõem. Essa

iniciativa tem sido respaldada pela mídia através de diversos articulistas que nos jornais importantes da cidade, defendem a implantação das cercas (SOUZA, 2008a, 2008b).



Figura 6 – Uma das entradas do Parque Alemanha  
Fonte: Felipe Silveira de Souza (2008)

O uso das cercas a nosso ver acentua a norma gerando um desequilíbrio na relação com a espontaneidade. Sendo assim, a vida pública é programada e a diversidade social é controlada. Dessa forma, os estatutos que possibilitam a vida pública não são mais questionados e a experiência coletiva urbana se enrijece. O enrijecimento da norma frente à espontaneidade destrói aquilo que o espaço público possui de mais autêntico e importante, a possibilidade de fazer aflorar a democracia como *“um sistema político complexo, no sentido de que vive de pluralidades, concorrências e antagonismos, permanecendo como comunidade”* (MORIN, 2002).

## 5. A complexidade em busca de um espaço público mais pleno

As transformações na relação entre o Estado e Sociedade Civil no sistema capitalista, com a ampliação da conversão do valor de uso em valor de troca, provocam a produção de sociabilidades segmentadas. A manutenção desse quadro ocorre através do que estamos chamando de enrijecimento da norma frente à espontaneidade. Um mundo mais rígido, fragmentado em parcelas homogêneas e distantes entre si, está sendo produzido. O espaço público torna-se mais distante de sua plenitude, na medida em que a democracia é superada na produção de espaços programados e competitivos entre si.

Cabe, portanto, resgatar a democracia enquanto ideal, para que os encontros entre os diferentes grupos e indivíduos sejam retomados como uma forma da cidade de “se enxergar” e partir daí resolver seus problemas. Não existe a possibilidade de resolução dos problemas urbanos sem que os indivíduos se reconheçam enquanto cidadãos dentro de uma coletividade.

As relações humanas devem ser mais complexas. Morin (2003) afirma a necessidade da busca pela alta complexidade nas relações sociais. O autor afirma que a alta complexidade é um princípio democrático que permite a existência do conflito e do diálogo de modo auto-recursivo, que ao longo dos tempos vem sendo minada pela grande onda tecno-econômica homogeneizadora. Ao resgatarmos a alta complexidade,

estaremos incorporando a dialógica entre a ordem e a desordem, retomando o equilíbrio entre a norma e a espontaneidade, de modo a romper com o enrijecimento da vida em sociedade.

Os parques urbanos são fundamentais nesse processo, pois são espaços públicos que podem garantir o reencontro e reconhecimento entre os diferentes grupos da sociedade. Mesmo que hoje sejam, muitas vezes, lugares de uma vida programada, os parques urbanos sustentam, ainda, resistências que podem culminar na produção de uma vida pública mais autêntica, mais democratizada, e com mais autonomia para avançar diante dos problemas da cidade.

## **Referências**

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 10.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001b.

GOMES, P. C. C. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MASCARENHAS, G. Contribuições da geografia ao estudo do lazer. In: **Anais do VII Seminário Lazer em debate**. Rio de Janeiro: CD-ROM, 2006.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 5.ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2002.

\_\_\_\_\_. **O método 5**: a humanidade da humanidade. 2.ed. Porto Alegre: Sulina, 2003.

SACK, Robert. **Human territoriality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986

SERPA, A. S. P. Parque público: um “álibi verde” no centro de operações recentes de requalificação urbana?. In: **CIDADES - Revista Científica**. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, v. 2, n. 3, p. 111-141, 2005.

SOBARZO, O. A. **Os espaços da sociabilidade segmentada**: a produção do espaço público em Presidente Prudente. Presidente Prudente: Tese de doutorado, 2004.

SOUZA, F. S. **O espaço público contemporâneo**: A complexidade vista a partir de parques urbanos de Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, Dissertação de Mestrado, 2008a.

\_\_\_\_\_. Parque Alemanha: Um novo tipo de espaço público em Porto Alegre. In: **Anais do XV Encontro Nacional de Geógrafos**. São Paulo: AGB (CD-ROM), 2008b.

SOUZA, M. J. L. **A prisão e a agora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão de cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. **Fobópolis: O Medo Generalizado e a Militarização da Questão Urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008c.